

## Degração Audiência Pública 10.04.25 RIV RESIDENCIAL RESERVA DO BOSQUE

Empreendedor: TT Engenharia

Empresa responsável pelo estudo: TT Engenharia, Arquitetura e Consultoria Ambiental

Legenda:

(mm:ss): Tempo da fala.

(...): Trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): Palavra ou trecho sem compreensão.

\*(!): dúvida na transcrição

*Expressão(?) dúvida no entendimento escrito*

Voz de Mulher (07:25)

Boa noite, senhoras e senhores. Sejam todos bem-vindos a essa audiência pública. Sejam bem-vindos o Rafael e o Thiago da TT Engenharia. Boa noite ao pessoal do ponto de apoio. Visando. É uma maior participação social, a audiência pública será realizada de forma virtual e no ponto de apoio, com transmissão ao vivo pelo canal do Brasília Ambiental no YouTube. Hoje, 10/04/2025, com horário às 19h01, com encerramento previsto para as 22h00, já incluindo o intervalo de 15 minutos previsto para ser realizado entre o término da exposição técnica e o início das manifestações dos participantes e a possibilidade de com possibilidade de prorrogação de 30 minutos. Bom, embasamento legal. Essa audiência pública está embasada na Lei Distrital 5081 de 11/03/2013, na Resolução CONAMA 9 de 3/12/1987, na Instrução Normativa 11 de 11/06/2024. Informações gerais dessa audiência pública. O processo de licenciamento ambiental 0039100006881 de 2023 barra 84. Empreendimento RESIDENCIAL RESERVA DO BOSQUE, localizado na gleba de matrícula 39816, próximo ao Condomínio Santa Bárbara, na rodovia DF 140, km 2, Região Administrativa do Jardim Botânico. Estamos tratando da licença prévia do empreendimento para parcelamento de solo, novo parcelamento. Interessada TT engenharia. Empresa responsável pela elaboração do relatório do estudo TT Engenharia, Arquitetura e Consultoria Ambiental. Avisos desta publicação. A audiência pública foi publicada conforme o dispositivo previsto no Artigo Quinto da Lei 5081, de 11/03/2013, no site e nas redes sociais do Brasília Ambiental na internet, conforme previsto na Instrução Normativa número 11 de 11/06/2024. O objetivo desta audiência pública. A presente audiência pública é aberta a qualquer interessado. Tem por objetivo a apresentação e discussão do relatório de impacto de vizinhança, RIV, referente ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento RESIDENCIAL RESERVA DO BOSQUE, bem como colher sugestões e contribuições para o aprimoramento do processo, com base na resolução CONAMA 9 de 87 e na Lei Distrital 5081 de 2013. Bom, vamos lembrar alguns pontos. Como ocorre o processo de licenciamento ambiental? Ele é trifásico. Tem a licença prévia, de instalação e de operação. Que consiste em cada licença, a concepção e apresentação de estudos e manifestações das concessionárias para a instalação, apresentação dos projetos e operação condicionantes para minimizar os impactos ambientais. Destacamos que essa audiência pública serve para colher informações e aprimorar o processo e os estudos ambientais. Não é um fórum de discussão, bem como existe em outras possibilidades para participação dentro do processo de licenciamento, acompanhamento pelo sistema SEI, Ouvidoria, apresentação de manifestações por meio de cartas, reuniões técnicas. Essa audiência ficará gravada no nosso canal do YouTube, no canal do Brasília Ambiental. Nós temos um ponto de acesso presencial conforme prevê a Instrução Normativa número 11. E as pessoas com dificuldades com acesso à internet poderão se deslocar até lá, se preferir, acompanhar audiência de forma presencial. O ponto de apoio está localizado no Salão de Festas do Condomínio Estância Del Rey, localizado no Setor Habitacional Tororó, Jardim Botânico. Vamos falar um pouco agora sobre os encaminhamentos das perguntas e contribuições. Qualquer pessoa poderá realizar, se manifestar nessa audiência pública através primeiramente da inscrição para falar durante no período na nossa audiência pública e deverá ser sinalizado pelo moderador. Poderá enviar o formulário online descrita abaixo nos comentários aqui do nosso YouTube tem um formulário. O link do formulário para ser preenchido e encaminhar as perguntas para gente se organizar na hora do intervalo e responder após o intervalo. O chat do YouTube fica aberto somente para servir como canal de interação e de comunicação entre os participantes. Não iremos aceitar qualquer tipo de pergunta pelo chat do YouTube. As perguntas a gente frisa bem que deverão ser encaminhadas pelo formulário. Serão admitidas manifestações desde que contenha a identificação do interessado. O nome completo, ou se representa algum grupo ou associação, entidade incluiu o nome completo também. As mensagens não podem conter a identificação, desculpe, a mensagem que não contém a identificação do nome ou da entidade que você está representando, elas não serão consideradas. As manifestações devem

ser realizadas de forma objetiva, para melhor aproveitamento das contribuições vinculadas ao tema da audiência pública, que é o RIV no caso. As perguntas deverão ser encaminhadas de forma cordial e respeitosa. A manifestação por meio de uso de palavra poderá ser feita diretamente pelo interessado, por meio da participação na reunião online, respeitando o tempo de 3 minutos para cada manifestação individual e de 5 minutos para manifestação de representantes de grupos, associações ou entidades. As mensagens válidas serão agrupadas por temas encaminhadas à mesa para que a gente possa responder cada pergunta. Independentemente de ter participado ou não da transmissão ao vivo, qualquer cidadão poderá, no prazo de 10 dias contados da data da realização desta audiência pública, encaminhar suas contribuições, questionamentos ou solicitar a anexação de documentos pelo e-mail [sulam@ibram.df.gov.br](mailto:sulam@ibram.df.gov.br) ou [licenciamento.ibram@gmail.com](mailto:licenciamento.ibram@gmail.com) e onde serão posteriormente respondidas, incluídas na ata completa que será publicada em 30 dias após a data da realização da realização desta audiência pública. Conforme já falei, o vídeo ficará disponível aqui no canal do YouTube. Mais informações podem ser verificadas no regulamento da audiência pública no site do IBRAM [www.ibram.br.gov.br](http://www.ibram.br.gov.br). Essa audiência pública terá a duração máxima de 3 horas, já incluindo o tempo de prorrogação, sendo possível seu encerramento antecipado caso as manifestações dos interessados tenham sido realizadas e respondidas. A audiência pública será dividida em 4 blocos, a abertura, na qual estamos agora, incluindo a leitura dos primeiros itens do regulamento e as regras de funcionamento da audiência pública, a exposição técnica, que levará o tempo de 30 minutos, podendo ser prorrogada por mais 15, o intervalo de 15 minutos para a organização das perguntas e manifestações. Apresentação das manifestações dos participantes e resposta da mesa. Aí eu vou passar a palavra agora para o Rafael. Você deseja falar alguma coisa? Ele falou que não vai ser, que não vai falar nada agora ou a gente vai passar a apresentação do estudo. Muito obrigado.

Senhor Rafael Fragassi (16:22)

Boa noite a todos aqui presentes e aos que estamos assistindo de forma remota. Meu nome é Rafael, sou gerente de projetos da TT Engenharia e um dos apresentadores do relatório de impacto de vizinhança, RIV, do condomínio RESIDENCIAL RESERVA DO BOSQUE. Bom a atividade. Trata-se do parcelamento de solo urbano, mais precisamente o novo parcelamento, área topográfica da gleba, de 2,06 ha. A gleba está registrada sob a matrícula de número 139816 do Segundo CRIDF. O interessado e proprietário é a TT Engenharia, Arquitetura e Consultoria Ambiental Limitada. A gleba está localizada na Região Administrativa do Jardim Botânico. Os parâmetros urbanísticos utilizados foram a DIUR 07, de 2018, que se refere a toda a RA do Jardim Botânico e a DIUPE 08 de 2023, que é a diretriz específica emitida pela SEDUH para o parcelamento. Existem 2 processos de licenciamento que estão tramitando, um ambiental, que é o requerimento de licença prévia junto ao IBRAM que é o 0039100006881/2023-84 e urbanístico tramitando na SEDUH, que é o 0039000000458/2023-07. Bom, empreendimento ele está localizado na RA do Jardim Botânico, na DF 140, na altura ali do quilômetro 3. Bom, conforme já mencionado, o imóvel ele possui uma área total de 2,06 ha e está registrado no Segundo Cartório de Registros de Imóveis do DF sob matrícula número 139816. Atualmente, a área está coberta por remanescentes de vegetação nativa. Considerando a densidade máxima de 50 habitantes por hectare elencada na DIUPE, a população máxima para esse parcelamento seria de 102 habitantes. Já considerando o índice de domicialidade, elencado na Portaria 70 de 2024 da SEDUH, que é o de 2,5 habitantes por unidade, a quantidade máxima de unidades habitacionais seria de 40. O parcelamento ele vai ser do tipo fechado. Condomínio de lotes, o antigo PEDEU e contará apenas com 2 lotes, sendo um ótimo com 24 unidades na categoria CSIIR 1 NO, contemplando aí, por volta de 60 habitantes, e um lote com 7 unidades também na mesma categoria de CSIIR 1NO, mas na tipologia de apartamentos. Contendo aí mais ou menos 17 habitantes, ou seja, um total de 31 unidades com previsão de 77 habitantes. Bom, é importante frisar aqui que o estudo preliminar de urbanismo ele foi aprovado pela SEDUH via Parecer Técnico em tela 320/2023 via processo já mencionado da SEDUH e que está em tela. Atualmente o (?) está na fase de anteprojeto em análise na SEDUH. Bom, aqui nós temos o plano de uso e ocupação do parcelamento, onde nós temos aí em laranja o lote um, que é o lote que se refere ao condomínio de lotes, o antigo PEDEU. Em cinza nós temos o lote 2 que vai ser aqueles referente a tipologia de apartamento. Em um tom de rosa mais claro, o EPU, e em verde, as ELUP. Aqui nós temos o quadro síntese da de unidades imobiliárias e áreas públicas do imóvel, onde nós temos a área total da poligonal de projeto, a área passível de parcelamento. As unidades imobiliárias elas totalizam quantitativo aí de quase de 14.083,26 m<sup>2</sup> representando 68,65% da gleba. As áreas públicas totalizam uma metragem de 6.431,58 m<sup>2</sup>, representando aí 31,35% da gleba. Aqui nós temos o quadro síntese de permeabilidade, onde nós podemos constatar que área permeável para gleba será de 10.306,93 m<sup>2</sup>, representando aí 50,047% de permeabilidade na gleba. Sendo assim, ao atendimento às diretrizes da ZUS, da zona de uso sustentável da APA do Planalto Central, que fala que a gleba ela tem que ter no mínimo 50% de permeabilidade. Aqui nós temos um mapa do PDOT, zoneamento do PDOT, onde nós podemos constatar que a galera está essencialmente sobreposta a zona urbana de expansão e qualificação, onde é permitido o parcelamento de solo, desde que se atenda às diretrizes da DIUR 07 de 2018 e da DIUPE 08 de 2023. O parcelamento ele está localizado na bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu, na unidade hidrográfica do Ribeirão Cachoeirinha. Bom, no que diz respeito as APP, na área do imóvel não existem

infecções geradoras de área de preservação permanente, nos termos do novo Código Florestal. O corpo hídrico mais próximo, ele dista cerca de 300 m da gleba, não há canais de escoamento superficial, comumente conhecido como grotas secas e também não áreas de APM, a área de proteção de manancial. Bom, no que diz respeito ao zoneamento ecológico econômico, é o ZEE DF, regido pela Lei 6269 de 2019, com relação ao risco ecológico de perda de área de recarga de aquífero, a gleba ela está sobreposta a 2 classes, de forma majoritária ao risco muito alto de perda de recarga de aquífero e uma porção minoritária em risco muito baixo, que essa área que está em cinza. Já com relação ao risco de perda de solo por erosão, a gleba também está sobreposta às 2 classes. Ao risco muito alto uma porção minoritária que é essa que está em marrom. E na classe baixa, nesse tom mais amarelo, um amarelo mais claro de forma majoritária. Então existem 2 classes, o baixo risco de perda de solo por erosão possam majoritária e o risco muito alto de perda de solo por erosão, porção minoritária. Já com relação à contaminação do subsolo, também 2 classes, uma posição majoritária do risco alto de contaminação do subsolo e uma porção minoritária em cinza de risco muito baixo. Aqui nós temos o mapa de risco de perda de perda de áreas de cerrado, de remanescente de cerrado, onde pelos dados do ZEE existe ausência de cerrado nativo na gleba, o que há uma divergência com a realidade fitofisionomia da área, porque conforme aferimos em campo, há sim remanescente de vegetação nativa na gleba, mesmo que perturbado, mesmo que com o nível de degradação, de um nível de perturbação, mas existe um remanescente de vegetação nativa. Bom, aqui nós temos o mapa da unidade de conservação referente a APA do Planalto Central, onde nós podemos constatar que a gleba ela está essencialmente sobreposta a zona de uso sustentável da APA do Planalto Central. Aqui nós temos um outro mapa mostrando as demais áreas de proteção ambiental, as demais APA, sobrepostas num raio de 3,5 e 10 km. São elas, a APA do Planalto Central está num raio de 3. APA do São Bartolomeu e a APA Gama e Cabeça de Veado. Aqui são os demais tipos de unidades de conservação, as demais categorias de unidades de conservação que estão sobrepostas num raio de 3, 5 e 10 km. São elas, a Estação Ecológica do Jardim Botânico, Parque Distrital do Salto Tororó, o Parque Ecológico Tororó e o Parque Distrital São Sebastião. Bom, no que diz respeito às áreas de influência, a área diretamente afetada, ADA, foi toda a área prevista para implantação do urbanismo do parcelamento de solo, exceto trechos que não será passível de supressão. Área de influência direta, AID, ela foi definida como sendo o limite do imóvel a ser parcelado. Área de influência indireta, AII, do meio físico e biótico a sub-bacia do Córrego Santa Bárbara. E, por fim, a área de influência indireta, AII, do meio socioeconômico, toda a RA do Jardim Botânico. Aqui nós temos um mapa que ilustra, que apresenta essas áreas de influência, onde nós temos aí em preto, essa poligonal em preto, a área de influência indireta do meio físico e biótico, que é a sub-bacia do Córrego Santa Bárbara. Em vermelho nós temos AID, de área de influência direta, que é os limites da gleba e hachurado em cinza sobreposta a essa poligonal, a área que vai ser passível de parcelamento, que está enquadrada como área diretamente afetada. Aqui nós temos um mapa de declividade com as curvas de nível e as referidas cotas, onde nós podemos constatar que o terreno ele pode ser caracterizado de um plano a suave ondulado, né, com pequenas manchas aí de que vai de 20 a 25%, ou seja, é um terreno, um terreno majoritariamente ondulado, plano a ondulado de forma majoritária, mais ondulado mesmo, que são esses tons de verde mais escuro, então não há áreas maiores que 30% nessa gleba. Aqui nós temos um mapa pedológico com a caracterização tanto da ADA e da área de influência indireta. Então, a galera está sobreposta essencialmente a tipologia, a classificação pedológica do latossolo vermelho/amarelo, que esse tom de um bege mais claro e na área de influência direta nós temos mais 3 tipos de solo, que é o cambissolo, o gleissolo háplico, o nitossolo vermelho, mas a galera está essencialmente sobreposta ao latossolo vermelho/amarelo. Com relação à qualidade das águas subterrâneas, como poço tubular profundo, ele não foi perfurado, não foi possível avaliar a qualidade da água subterrânea. Com isso, o estudo considerou a qualidade da água subterrânea indicada pela ADASA em seus relatórios de qualidade de água. É importante frisar que é outorga prévia de captação que é, foi a 54 de 2024, ela foi emitida pela ADASA via processo em tela. Já com relação a cor das águas superficiais como a poligonal do imóvel ela não está sobreposta nenhum corpo hídrico e como não haverá lançamento de águas pluviais nem efluentes sanitários, não coube, o estudo não considerou a análise da qualidade de água de águas superficiais. Com relação à flora, o diagnóstico do meio biótico, a vegetação ela refere-se a fitofisionomia do cerrado sentido restrito com pontos de perturbação. Foram encontradas algumas espécies exóticas a flora brasileira, tanto o extrato herbáceo graminoso, como é como árvores arbustos. Algumas espécies nativas do cerrado foram encontradas na área, como jacarandá do cerrado, faveira do campo, laranjinha do cerrado, dentre outros. Com relação aos dados quantitativos atrelados ao inventário florestal, que é o estudo que vai apresentar identificação botânica, volumetria e compensação florestal, informamos que esses tipos de informação mais detalhada, essa informação mais detalhada ela vai ser apresentada na fase de licença de instalação, na fase de LI e que é uma fase posterior a essa de LP que nós estamos requerendo. Então, nessa fase de LI esses dados vão vir de forma mais detalhada. Os dados vão estar de forma mais detalhada, por hora só os dados mesmo, qualitativos e esses dados do inventário florestal, eles vão ser apresentados quando da abertura do processo de ASV, que é o processo de autorização de supressão vegetal. Aqui nós temos algumas figuras que ilustram a fitofisionomia do local. Bom, com relação a fauna, aqui nós temos um mapa de corredores ecológicos do IBRAM, onde nós podemos constatar aí que a galera está essencialmente sobreposta a Zona Lobo-guará. Em tese, como ela está sobreposta na zona lobo-guará e a ADA, ela tem 2,06 há, em tese, teriam teríamos que fazer isto

de (?) baixa complexidade para atender o Artigo Terceiro da Instrução Normativa do IBRAM a 12 de 2002, que trata sobre a fauna. No entanto, foi solicitada a dispensa de fauna considerando que a área é alvo de supressão vegetal, ela será menor que 2 há, conforme Artigo Nono da referida Instrução Normativa. O IBRAM, ele aprovou essa dispensa de fauna via parecer técnico em tela, que foi pela DILAM 6, que é a diretoria é responsável por essa parte de fauna e flora, mas mesmo que é importante frisar que mesmo com essa dispensa de fauna, o estudo ele considerou, o estudo ambiental, ele considerou os estudos de fauna que já foram feitos próximos à gleba, nas proximidades da área do empreendimento. Então, nós consideramos esses resultados dentro do estudo ambiental, dos estudos de fauna que foram feitos, foram elaborados e executados próximos a área de estudo. Bom, no que diz respeito aos principais impactos ambientais e suas respectivas medidas mitigadoras tanto para o meio físico, por meio físico, tanto para a fase de implantação como de operação. Então, por impacto de revolvimento retirada da camada superficial do solo, os como medidas mitigadoras, vamos ter que elaborar e executar o programa de controle ambiental das obras e o subprograma de monitoramento e controle de processos erosivos, o programa de monitoramento da qualidade da água e a recuperação das áreas degradadas. Para a redução da permeabilidade do solo, a elaboração e execução do programa de controle de processos erosivos, além do correto dimensionamento, implantação do sistema de drenagem. Para a geração de resíduos sólidos, a elaboração execução do programa de gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil. Para alteração da qualidade do ar devido a emissão de material particulado, a elaboração e execução do programa de controle ambiental das obras. Para o início a aceleração de processos erosivos, o programa de monitoramento de processos erosivos a elaboração e execução deste programa. Para o impacto da alteração da qualidade das águas superficiais, a elaboração e execução do programa de monitoramento da qualidade de água. E, por fim, para o impacto de geração de ruído sonoro, a elaboração e execução do programa ambiental, do programa de controle ambiental das obras e programa de educação ambiental. Já com relação aos principais impactos ambientais e as respectivas medidas mitigadoras e compensatórias para o meio biótico, tanto na fase de implantação e operação, temos os seguintes impactos e suas respectivas mitigadoras, sendo elas, a redução da cobertura vegetal devido à supressão vegetal, o pagamento da compensação florestal, que vai ser tratado mais na fase de licença de instalação, na fase de LI que é uma fase posterior a essa que nós estamos requerendo que é de licença prévia, conforme já foi mencionado. Para o impacto de perturbação e afugentamento de fauna terrestre, a elaboração e execução do programa de afugentamento e resgate de fauna. Esse programa, por sua vez, ele vai ser feito concomitante a supressão vegetal e também o programa, a elaboração e execução do programa de educação ambiental. Para alterações no microclima, a elaboração e execução do programa de recuperação de áreas degradadas. A questão da permeabilidade das áreas públicas, já elenca urbanismo, aquela questão dos 50% para respeitar as diretrizes da APA e o pagamento da compensação florestal. E, por fim, a perda da biodiversidade local, a elaboração e execução do programa de recuperação de áreas degradadas. Aqui nós temos os principais impactos ambientais e suas respectivas medidas mitigadoras e potencializadoras para o meio socioeconômico, tanto na fase de planejamento, implantação e operação. Então, para o impacto de geração de expectativa na população, a elaboração e execução do programa de comunicação social. Para o impacto de mobilização de mão-de-obra e geração de emprego também é laboração e execução do programa de comunicação social. Para o impacto de ocorrência de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, na elaboração execução do programa de educação ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos. Para os impactos de incremento no mercado imobiliário, nas atividades comerciais e o aumento das receitas tributárias e transferências de mercadoria, a elaboração e execução do programa de comunicação social. Para o impacto de sobrecarga no sistema de coleta e destinação dos resíduos sólidos, a elaboração e execução do programa de gerenciamento de resíduos sólidos. E, por fim, para o impacto de pressão sobre o sistema viário adensamento populacional, a elaboração e execução do programa de educação ambiental e do gerenciamento de obra. Aqui nós temos os planos de monitoramento e controle ambiental, algumas ações que vão ter que ser implementadas, né? Tanto na fase de licença de instalação, como de operação, são elas, o acompanhamento da vigilância sanitária ambiental, acompanhamento das ações de limpeza do terreno, a remoção da vegetação e espécies de fauna, e movimento de terra. A descrição e localização em planta de canteiros de obras, infraestruturas e acessos provisórios, o acompanhamento de ruídos de obras, o acompanhamento de tráfego e manutenção de máquinas e veículos, o acompanhamento de armazenamento de produtos perigosos, o controle da emissão de particulados, o acompanhamento da desativação do canteiro de obras, o acompanhamento do gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo o detalhamento das estruturas de contenção e monitoramento de sólidos na época chuvosa, com devido acompanhamento fotográfico periódico e o acompanhamento de efluentes de obras, incluindo com relação aos recursos hídricos superficiais, efluente pluvial e sanitários. Bom, agora vou passar a palavra pro nosso engenheiro civil, o Yuri, e ele vai falar de forma sucinta sobre as soluções dos projetos de infraestrutura do parcelamento. São eles o projeto de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e pavimentação.

Senhor Yuri Silva (36:30)

Boa noite a todos, sou Yuri Silva, engenheiro civil da TT Engenharia, vou dar sequência a apresentação, comentar mais especificamente sobre os projetos de infraestrutura, abastecimento de água e esgotamento sanitário, de drenagem pluvial

e pavimentação. Vou iniciar pelo sistema de abastecimento de água. Em tela, vemos, algumas informações retiradas do TVT 029 de 2023, fornecido pela CAESB, que mostram algumas informações para as projeções de vazão. A população total prevista é de 103 pessoas, o consumo de água per capita 208, o coeficiente do dia de maior consumo K1 1,2 o coeficiente da hora de maior consumo, K2, 1,5. O coeficiente de perda, 35%. A vazão média em litros por segundo, 0,38, a vazão máxima diária em litros por segundo, 0,46 e a vazão máxima horária, litros por segundo 0,69. Em tela, vemos as alternativas propostas pelo TVT, alternativa um, interligação ao sistema da CAESB e alternativa 2 uma solução independente por meio de poços tubulares profundos. Bom, quanto a alternativa um, não há um sistema de abastecimento de água implantada ou projetado para a região logo essa alternativa ela só será viável após o início de operação do Sistema Paraná Sul, cujos projetos encontram-se em fase de desenvolvimento. Bom, a solução adotada então foi a solução foi alternativa 2, por meio de uma solução independente de abastecimento através de poços tubulares profundos de forma inicial, poço mais reservatório, a outorga para captação já foi recebida que é de número 54 de 2024, fornecida pela ADASA e paralelo a isso, será implantada uma rede para futura interligação com o sistema da CAESB. Bom, agora, quanto ao sistema de esgotamento sanitário, aqui também tela vemos as informações fornecidas pelo também TVT de número 029 de 2023. A população total prevista, assim como mencionado para o sistema de abastecimento de água são de 103 pessoas. Consumo de água per capita 208 por ciente de retorno, água/esgoto 0,7, coeficiente do dia de maior consumo K1, 1,2. Coeficiente da hora de maior consumo, K2, 1,5. A vazão média em litros por segundo é de 0,2. A vazão máxima diária em litros por segundo do 0,24 e a vazão máxima horária também litros por segundo 0,36. As alternativas propostas pelo TVT foram: alternativa um, interligação sistema da CAESB e alternativa 2, por meio de um sistema de forças sépticas e sumidouros, é o sistema condominial. Bom, não há um sistema de esgotamento sanitário implantado ou projetado para atendimento de empreendimentos. Logo, a alternativa um, ela só será viável após a implantação do sistema de esgotamento sanitário, que atenderá a região que se encontra em empreendimento, ainda sem previsão de implantação. Alternativa escolhida, portanto, foi a de número 2, por meio de forças sépticas e sumidouros. Quanto ao sistema de drenagem pluvial foram adotadas como solução de amortecimento, as trincheiras de infiltração, sistema comum e recorrentemente proposto para a algumas regiões do DF. Você tem ali as bocas de lobo que fazem a captação. Através do conduto de ligação interligam com a trincheira de infiltração, que são basicamente poços, poços em fileiras. Esses poços, eles conseguem amortecer toda a chuva de projeto recomendada pela NOVACAP. Logo, não há o risco de inundação. Eles possuem um volume suficiente para toda a chuva de projeto. Chuvas com recorrências de 10 anos, que é recomendado pela NOVACAP. E a recorrência de 10 anos ela significa que num período de 10 anos essa chuva ela poderá acontecer ou irá acontecer uma vez. Agora, sobre o sistema de pavimentação. O revestimento adotado foi por meio de bloco intertravado, com resistência à compressão simples, maior ou igual a 35 MPA e isso como recomenda a norma. O tráfego definido foi o tráfego leve, via local e as camadas do pavimento são 6 cm para o bloco é travado, 5 cm de camada de assentamento em areia compactada, 12 cm de sub-base, que estará em cascalho com CBR maior ou igual a 30% e expansão menor ou igual a 1% a energia intermediária de compactação em grau de compactação maior ou igual a 100%. Abaixo da sub-base nós temos teremos uma camada de regularização o subleito com CBR maior ou igual a 14% e a 100% do proctor intermediário. Bom, devolvo a palavra engenheiro civil Rafael, que fará as considerações finais.

Senhor Rafael Fragassi (42:16)

Bom, aqui para finalizarmos a apresentação, é importante frisar que o projeto urbanístico do parcelamento ele foi elaborado conforme os parâmetros urbanísticos do PDOT, da DIUR 07 de 2018 e da DIUPE 08 de 2023. O RESIDENCIAL RESERVA DO BOSQUE localiza-se na zona urbana de expansão e qualificação, onde é permitido o parcelamento de solo. O RESIDENCIAL RESERVA DO BOSQUE suprir parte da demanda imobiliária do DF, viabiliza a ocupação ordenada do solo e contribui para prevenir a ocupação desordenada. Não há restrições ambientais que incidem na gleba, mais precisamente a questão das APP ou as grotas secas. Não foram identificadas características geológicas, geomorfológicas e hidrológicas, pedológicas ou geotécnicas que impeçam a implantação do parcelamento. O terreno está projetado em uma classe de plano a suave ondulado. Todos os estudos e projetos eles respeitam as diretrizes da zona de uso sustentável, a ZUS, APA do Planalto Central que é unidade de conservação que está essencialmente sobreposta área do empreendimento a gleba, onde 50,047% do parcelamento ele vai ficar permeável. Nós temos já a aprovação de estudo preliminar de urbanismo pela SEDUH. O abastecimento de água e esgoto, as soluções vão ser de poço e fossa, respectivamente, alternativas já elencadas no TVT, no termo de viabilidade técnica da CAESB número 29, de 2023. Os projetos de infraestrutura e saneamento estão em análise na NOVACAP e CAESB. Já temos a outorga, a emissão da outorga prévia de captação para água subterrânea pela ADASA. Os impactos ambientais negativos identificados no estudo, eles podem ser controlados por meio de medidas mitigadoras e compensatórias, preventivas e corretivas, todas aquelas já elencadas nesta apresentação e contidas no estudo ambiental apresentado. Os principais impactos ambientais negativos, eles podem ser avaliados pelos programas, planos de monitoramento ambiental, também elencados no RIV, estudo ambiental. Então, diante dos resultados encontrados durante os

levantamentos em campo e posterior processamento e interpretação dos dados, infere-se que o parcelamento ele é viável do ponto de vista técnico ambiental, desde que se atenda às diretrizes contidas na legislação ambiental e federal, ambiental federal e também distrital, o que está sendo feito. Obrigado a todos pela atenção.

Voz de Mulher (45:02)

Agora vamos dar início ao nosso intervalo. Vocês podem encaminhar as suas perguntas pelo formulário que está aqui na descrição do vídeo do YouTube. Também caso queira participar online, pode acessar por meio do link na nossa sala do Zoom. Em 15 minutos a gente retorna, obrigado.

(60:26)

Oi, pessoal, vamos retornar agora do nosso intervalo. Informamos que não tiveram nenhum questionamento aqui. Não recebemos o nosso formulário, nenhum questionamento, nenhuma pergunta. Eu gostaria de saber só no ponto de apoio teve algum questionamento? Boa noite, Natália. (...)Tá joia, muito obrigada. Pessoal, considerando que não recebemos nenhuma pergunta nós vamos encerrar a presente audiência pública e eu é gostaria de informar que no prazo de 10 dias, a contar do dia de hoje, qualquer cidadão pode encaminhar a sua pergunta para o nosso e-mail [sulam@ibram.df.gov.br](mailto:sulam@ibram.df.gov.br) ou [licenciamento.ibram@gmail.com](mailto:licenciamento.ibram@gmail.com). As questões, as perguntas, os questionamentos serão anexados na ata completa que será publicada em até 30 dias, a contar de hoje. Então, qualquer coisa, qualquer questionamento, qualquer dúvida podem encaminhar nesses e-mails. Tem aqui na descrição do vídeo também essas informações no nosso site para a participação da população, tá bom? Muito obrigada. Boa noite, declaro encerrada essa audiência pública.